



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 033/2025

## INTRODUÇÃO

### Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;*

*“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;*

*“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;*

*“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;*



*“III – levantamento de mercado, [...]”* (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

*“VI – estimativa do valor da contratação, [...]”* (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*“IV – descrição da solução como um todo, [...]”* (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;”* (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]”* (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]”* (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

*“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes”* (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

*“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]”* (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

*“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”* (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, considerando o problema administrativo representado no seguinte questionamento:

É possível pelo fornecimento de oxigênio medicinal para as Unidades Básicas de Saúde do Município, bem como, pelo fornecimento de oxigênio industrial e misturas de gases e acetileno para a Secretaria de Obras visa atender a necessidades essenciais para o bem-estar da população e a eficiência dos serviços públicos?

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

**SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

#### 1.1. Contexto da Situação Problema:





A contratação para aquisição de oxigênio medicinal para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de oxigênio industrial, misturas de gases e acetileno para a Secretaria de Obras visa atender as necessidades essenciais para o bem-estar da população e a eficiência dos serviços públicos.

No caso das UBS, a aquisição de oxigênio medicinal é fundamental para garantir o atendimento adequado a pacientes com dificuldades respiratórias, como aqueles com doenças pulmonares crônicas ou em situações de emergência. O oxigênio medicinal é crucial para a manutenção da saúde e segurança dos pacientes, permitindo a estabilização de quadros críticos e evitando complicações graves. Dessa forma, a contratação visa resolver a necessidade de um insumo vital, assegurando que as UBS possam prestar cuidados contínuos e eficazes à comunidade, sem comprometer a qualidade do atendimento.

Já para a Secretaria de Obras, a contratação de oxigênio industrial, misturas de gases e acetileno é necessária para a realização de serviços de soldagem, corte e manutenção de equipamentos e estruturas metálicas. Esses insumos garantem a execução de trabalhos essenciais, como reparos em equipamentos e estruturas públicas, com segurança e eficiência. A contratação visa assegurar a continuidade das obras e serviços necessários para a manutenção e melhoria da infraestrutura da cidade, diretamente impactando a qualidade de vida da população.

Em ambos os casos, a contratação busca atender as demandas cruciais para a prestação de serviços públicos essenciais à saúde e à infraestrutura, promovendo o interesse público ao garantir a segurança, a saúde e o bem-estar da comunidade.

É imperativo que a Administração, oportunize as contratações necessárias e pertinentes à continuidade dos serviços públicos.

Nestas considerações, há a necessidade de a Administração Municipal, dispor de diversas contratações, para que a gestão dos serviços públicos, não enfrente situações de impossibilidade ou ainda de dificuldades operacionais, provocadas por falta de planejamento nas contratações públicas.

## 1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL prover com eficácia, a capacidade de gerenciar as demandas dos serviços públicos dependentes do uso dos elementos (insumos, produtos e serviços), independente de em quais áreas da Administração Pública, ou ainda qualquer que seja o tipo de demanda a ela relacionada.

1.2.2. Conforme competências atribuídas nos termos do Art. 192, do Decreto nº 3.927/2023, cabe à Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, o gerenciamento das Atas de Registros de Preços, de produtos, insumos e serviços, quando destinadas a utilização por qualquer que seja a unidade administrativa municipal.

1.2.3 A presente contratação, é indispensável e por vezes, deveria ser mantido contrato vigente, com saldo a requisitar a tempo integral, pois trata-se de produtos, singulares, para a operacionalização dos serviços públicos, e no caso específico dos gases medicinais, produtos essenciais para a proteção a vida humana.



1.2.4. Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

**BENEFÍCIO 1:** Prover, mesmo que por um procedimento impulsionado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, quando nos termos do art. 192 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, condições de execução das diferentes demandas apresentadas pela gerência dos serviços públicos do Município;

**BENEFÍCIO 2:** Quando avaliada as demandas dos serviços da Secretaria de Obras, que seja para cada um dos produtos solicitados no memorando nº 55/2025, para que possa ser atendido imediatamente, pela disponibilidade dos materiais requisitados, ou até mesmo, nos casos de proatividade desta secretaria em ações que possam evitar problemas futuros;

**BENEFÍCIO 3:** Reduzir os gastos com inúmeros certames durante um período orçamentário, tornando todo o sistema de contratações municipal mais eficiente e eficaz;

**BENEFÍCIO 4:** Manter contrato vigente em quantidades a requisitar que venham atender a demanda em tempo real, não comprometendo os serviços públicos;

**BENEFÍCIO 5:** Permitir a eliminação da necessidade de impulsionar procedimentos na modalidade de dispensa em caráter de urgência, sem verdadeiramente se tratar de urgência, sendo apenas provocadas por deficiência no planejamento;

**BENEFÍCIO 6:** Reduzir as interrupções dos serviços públicos, através da implantação e aplicação eficaz do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços, para demandas, para canalizar solicitações demandadas;

**BENEFÍCIO 7:** Ainda na questão sistema gerencial, é possível através do planejamento, se antecipar a várias situações que tem potencial a se tornar problemas, e deste modo, conduzir ações e contratações que minimizem ou até eliminem a ocorrência destas situações complexas.

1.3 A ausência de contratações com os objetos necessários acarretará em inúmeras “situações problemas”, impactando diretamente a população, comprometendo a Administração como um todo.

1.4. As contratações deverão ser concentradas, considerando volumes suficientes a evitar fragmentações em licitações individualizadas a cada um dos insumos produtos ou serviços destinados a atender as demandas localizadas nesta área.

1.5 A recepção, a guarda, a marcação se possível dos produtos contratados deverá ocorrer no Almoxarifado Central, para posteriormente ser colocado à disposição das demandas originadas pelas diferentes secretarias e ou departamentos, para oportunizar o controle eficiente do estoque e das possibilidades de requisição quando de adoção de Sistema de Registro de Preços nas contratações.

## **SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA).** (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### **2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:**





2.1.1 A presente contratação está prevista de maneira generalizada no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A presente contratação está prevista no item SETORES CONTEMPLADOS do PCA 2024/2025.

## 2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1. Esta pretendida contratação não apresenta conformidade com os Programas e Ações do PCA 2025.

## SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os Seguintes:

### 3.1 Requisitos mínimos de qualidade:

A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

### 3.2 Requisitos normativos e legais:

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

### 3.6 Requisitos de sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades dentro da legislação vigente, pertinentes ao objeto pretendido, priorizando por requisitos tais como:

- Adoção e Implementação da Logística Reversa;
- Gestão de resíduos sólidos – Destinação/disposição final adequada de resíduos sólidos e rejeitos;
- Plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos casos estabelecidos pela Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (obras de engenharia);
- Licenciamento ambiental nos casos previstos em lei;
- Cadastro Técnico Federal em atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;
- Certificação florestal em produtos desta origem;
- Uso consciente da água;
- Outorga de água nos casos previstos em lei;
- Atendimento à legislação vigente de lançamento de efluentes líquidos;



- Atendimento à legislação vigente de qualidade do ar em casos de emissões atmosféricas;
- Manutenção periódica de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos/líquidos;
- Redução de impactos ambientais;
- Mitigação/compensação de impactos ambientais;
- Eficiência energética;
- Uso consciente de recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados;
- Produtos, equipamentos e serviços que possibilitem a redução do consumo de energia e recursos naturais;
- Tecnologias limpas;
- Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial;
- Atendimento aos critérios de acessibilidade.

**SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA** (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**4.1 - Identificação da necessidade do objeto:**

4.1.1 A Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, enquanto gestora de Ata de Registro de Preços, assinadas por esta UASG, deve atender as demandas de todas as unidades administrativas que a compõe, de modo que:

4.1.1.1 Em atenção ao memorando nº 55/2025, enviado pela Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, solicitando a aquisição de gases industriais para pequenos reparos em soldas, sendo necessária sua utilização naquela secretaria administrativa, e ainda;

4.1.1.2 A secretaria Municipal de Saúde, também manifestou a necessidade de aquisição de gases medicinais, para atender as suas demandas, de modo que pelos memorandos nº 278/2025 e o de nº 342/2025, apresentou as suas necessidades qualitativas e quantitativas destes insumos, bem como, da necessidade de adquirir os recipientes de armazenamento destes gases, e instrumentos de transportes dos mesmos, uma vez que pela característica do seu peso, é necessário os carrinhos de transportes e translados dos cilindros de armazenagem.

4.1.2 No caso dos gases, seja o Ar Medicinal Comprimido, ou o Oxigênio, solicita-se uma quantidade suficiente para demanda diária nas unidades de saúde e no Pronto Atendimento, para atender os mais variados casos de insuficiência respiratória, para 12 meses de consumo.

4.1.3 O quantitativo solicitado, baseia-se no consumo suportado pela última contratação, bem como, está sendo considerada uma quantidade superior, em vista da imprevisibilidade de consumo, principalmente neste período do ano, que antecede os meses de inverno.

4.1.4 A justificativa para a aquisição dos cilindros de armazenamento dos gases, e dos carrinhos de transportes dos mesmos, aporta-se na questão do desgaste natural dos mesmos, bem como para equipar todas as unidades básicas de atendimento em saúde do município, com estoques reguladores destes insumos (gases).





## 4.2 Histórico de Licitações:

4.2.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente a este objeto:

4.2.2 Foi levantada neste ETP, a ocorrência de processos administrativos para este objeto, apenas em 2023 pelo pregão nº 87/2023, resultando na ARP nº 243/2023, e nas alterações, tem vigência até a data de 20/08/2025, porém, para alguns itens já não há mais saldo a requisitar o que torna imperativo este novo certame.

## 4.3 Histórico de Consumo durante o período de vigência:

4.3.1. Na tabela abaixo é possível estar verificando, de forma geral, qual foi o consumo da última contratação – ARP nº 243/23024 e Contrato nº 73/2024:

ITEM	COD EQUIPLANO	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD LICITADA	QTD REQUISITADA	SALDO
1	33681	Recarga de gás acetileno, cilindro de 9kg	KG	30	30	0
2	33680	Recarga de oxigênio para solda, cilindro de 10m³ (50l)	M³	30	10	20
3	33679	Recarga de gás para solda MIG, cilindro de 10m³ (50l)	M³	30	30	0
4	63636	Recarga de ar comprimido medicinal, cilindro de 40L	Recarga	200	2	198
5	63637	Recarga de ar comprimido medicinal, cilindro de 7L	Recarga	80	0	80
6	63638	Recarga de ar comprimido medicinal, cilindro de 20L	Recarga	80	0	80
7	63639	Recarga de Gás Medicinal, oxigênio, cilindro de 40L	Recarga	400	331	69
8	63640	Recarga de Gás Medicinal, oxigênio, cilindro de 7L	Recarga	100	100	0
9	65016	Recarga de Gás Medicinal, oxigênio, cilindro de 15L	Recarga	100	44	56
10	63641	Recarga de Gás Medicinal, oxigênio, cilindro de 20L	Recarga	200	107	93
11	63642	Recarga de Gás Medicinal, oxigênio, cilindro de 3L	Recarga	20	5	15

## 4.4 Análises do consumo:

4.4.1. Observa-se que o consumo efetivo dos materiais licitados no pregão referenciado acima, correspondeu a 45% do quantitativo licitado. Sugere-se por este Estudo então, que os quantitativos pretensos para o novo certame sejam em consonância com o real consumo para não gerar expectativas no fornecedor que possam interferir nos preços dos produtos, e posteriormente a insatisfação dos fornecedores e recusa em continuar participando dos próximos certames.



#### 4.5 Análise do quantitativo solicitado:

4.5.1. Considerando as necessidades da gestão dos serviços públicos, a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, o órgão competente, atribuído pelo art. 192 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, para solicitar a realização de licitações com o intuito de Registro de Preços, que atendam a todas as demais Secretarias, implica afirmar que deverá ser por ela solicitada a licitação, uma vez que, para o objeto em questão, indica-se o uso do Registro de Preços.

4.5.2. No tocante a quantidade solicitada, orienta-se aos responsáveis, analisar a quantidade que está sendo solicitada, uma vez que, pelo histórico, comparado com as quantidades solicitadas para este certame, é facilmente verificável a suficiência para até dois anos de consumo.

#### SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado, na realidade do município:

5.1. **Cenário 01** – Aquisição dos cilindros e posteriormente as recargas nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico para atender de forma imediata as demandas da gestão dos serviços demandados por Secretaria requisitante.

*Este cenário possui a vantagem* de impulsionar um estoque mínimo para determinados dias em que poderiam ocorrer atrasos na entrega dos insumos, garantindo a agilidade e a continuidade dos serviços demandados.

No entanto, *as desvantagens* percebidas são em relação ao local de armazenagem, e o transporte, manuseio dos cilindros com capacidade volumétrica considerada, acarretando no peso excessivo dos cilindros, o que para isso será necessário mais investimento em equipamentos de transportes e translados dos cilindros.

5.2. **Cenário 02** – Contratações de aluguel dos cilindros e equipamentos de transportes e aquisição apenas das recargas dos gases, tanto industriais como medicinais, exclusivamente pelas demandas sem a formação de estoques reguladores.

Este cenário, manifesta-se do ponto vista econômico, atrativo, porém tem alto potencial de impacto negativo na garantia da continuidade dos serviços públicos, uma vez que não há formação de estoques reguladores e não se tem possíveis fornecedores próximos o suficiente para atender demandas urgentes, principalmente quando se considera os insumos medicinais, garantidores da segurança da vida dos munícipes.

#### SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).





6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme pesquisa de mercado realizada com empresa direta e outras contratações públicas, através da Plataforma Banco de Preços.

6.2. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo, como se vê abaixo:

# Município de SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

## MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Registro de preços, objetivando a futura ou eventual aquisição de materiais, recargas, equipamentos utilizados no acondicionamento e transporte de oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal, gás acetileno, oxigênio para solda e gás para solda, para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbano do Município de São Jorge D'Oeste – Pr.

NOME DA EMPRESA								CNPJ		Data/Cotação	
COTAÇÃO 1								ECOLOGICA OXIGENIO LTDA		04.086.774/0001-25	
COTAÇÃO 2								PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (3 COTAÇÕES)		76.995.380/0001-03	
COTAÇÃO 3											
COTAÇÃO 4											
								VALOR R\$			
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	Recarga cilindro de gás acetileno 9 Kg	KG	45	95,00	80,00	89,40	87,98	87,98	95,00	90,60	3.959,10
2	Recarga cilindro de oxigênio para solda 10 m³(50 l)	M³	40	28,00	32,90	15,40		15,40	32,90	23,43	636,00
3	Recarga cilindro gás para solda Mig 10 m³(50l)	M³	40	35,00	48,85	50,49	40,00	35,00	50,49	43,59	1.400,00
4	Recarga de ar comprimido medicinal cilindro de 40 L	RECARGA	150	264,00	249,00	263,30	249,00	240,00	264,00	254,08	38.000,00
5	Recarga de ar comprimido medicinal cilindro de 7L	RECARGA	50	150,00	128,40	199,00	120,00	120,00	190,00	143,10	6.000,00
6	Recarga de ar comprimido medicinal 1 cilindro de 20L	RECARGA	100	200,00	180,00	189,00	210,00	180,00	210,00	195,00	18.000,00
7	Recarga de Gás medicinal cilindro de oxigênio 40 L	RECARGA	500	196,00	188,00	180,00	210,00	180,00	210,00	194,00	90.000,00
8	Recarga de Gás medicinal cilindro de oxigênio 7L	RECARGA	200	120,00	126,00	144,50	122,45	120,00	144,50	128,24	24.000,00
9	Recargas de Gás medicinal cilindro de oxigênio 15 L	RECARGA	80	140,00	126,00	154,49	188,35	126,00	188,35	152,19	10.080,00
10	Recargas de Gás medicinal cilindro de oxigênio 20 L	RECARGA	150	130,00	183,90	240,00	182,80	150,00	240,00	189,13	22.500,00
11	Recargas de Gás medicinal cilindro de oxigênio 3L	RECARGA	20	100,00	94,00	126,00	167,50	94,00	167,50	121,88	1.880,00
12	Carrinho para transporte de cilindro de aço 7 litros. Confeccionado em estrutura feita em aço tubular, pintura epóxi, compatível e indicado para transporte de cilindro 07 litros.	UND	3	480,00	369,00	315,00		315,00	480,00	388,00	945,00



13	Carrinho para transporte de cilindro de aço 20 litros. Confeccionado em estrutura feita em aço tubular, pintura epóxi, compatível e indicado para transporte de cilindro de 20 litros.	UND	3	680,00	683,30	525,00		525,00	680,00	622,77	1.973,00
14	Carrinho para transporte de cilindro de aço 40 litros. Confeccionado em estrutura feita em aço tubular, pintura epóxi, compatível e indicado para transporte de cilindro de 40 litros.	UND	5	720,00	684,00	612,00		612,00	720,00	672,00	3.060,00
15	Cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 20 litros e 3,5 m³, tipo G. Dotado de regulador de ar comprimido de alta pressão. Deve ser fornecido o cilindro, regulador, carga e demais acessórios necessários ao seu uso.	UND	10	2.530,00	2.560,80	3.339,00	1.934,80	1.934,60	3.339,00	2.575,90	19.346,00
16	Cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 40 litros e 7,0 m³, tipo G. Dotado de regulador de ar comprimido de alta pressão. Deve ser fornecido o cilindro, regulador, carga e demais acessórios necessários ao seu uso.	UND	15	3.080,00	2.786,65	2.629,05	3.173,50	2.629,05	3.173,50	2.919,80	39.435,75
17	Cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0 m³, tipo G. Dotado de regulador de ar comprimido de alta pressão. Deve ser fornecido o cilindro, regulador, carga e demais acessórios necessários ao seu uso.	UND	10	2.000,00	2.476,75	1.984,30	2.369,30	1.984,30	2.474,75	2.267,04	19.843,00
18	Cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 15 litros e 2 m³, tipo G. Dotado de regulador de ar comprimido de alta pressão. Deve ser fornecido o cilindro, regulador, carga e demais acessórios necessários ao seu uso.	UND	2	2.400,00	1.425,00	1.800,00	1.425,00	1.425,00	2.400,00	1.762,50	2.850,00
19	Regulador de ar comprimido de alta pressão. Compatível com cilindro de ar comprimido.	UND	20	400,00	516,90	260,00	275,45	260,00	516,90	363,09	5.200,00
Responsável pela cotação				APROVAÇÃO: TOTAL: 306.689,85							
LIOMAR SIEGA				I <input type="checkbox"/> COMPRA DIRETA II <input type="checkbox"/> CONTRATO III <input checked="" type="checkbox"/> LICITAÇÃO							
OBS.: FORAM ENVIADAS PESQUISAS DE PREÇOS PARA DIVERSAS EMPRESAS CONFORME ANEXOS DE EMAIL, PORÉM APENAS UMA EMPRESA REALIZOU A COTAÇÃO E MAIS 3 COTAÇÕES DA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS E FOI ADOPTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.											
São Jorge D'Oeste, 08 de maio de 2025.											
				ASSINATURA DO RESPONSÁVEL							

6.3 Pela Pesquisa de preços, define-se como **VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO**, o valor de R\$ 306.689,85 (Trezentos e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Por meio deste estudo, por meio de questionamentos a partir do contexto atual e dos posicionamentos em relação aos serviços públicos, foram verificados alguns benefícios quando do seu gerenciamento, bem como os possíveis cenários, para fundamentar decisões que podem ser tomadas pela Administração, nas futuras contratações de insumos, produtos e serviços para atender as demandas dos serviços públicos, isto, para suportar uma visão de diferentes possíveis soluções.

7.1.2. Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1: Propor a assinatura de Ata de Registros de Preços para os insumos e materiais pretendidos por este procedimento, e aquisição de cilindros e equipamentos necessários para o manuseio dos mesmos, visando a formação de um estoque regulador, mínimo que seja, quando nos casos de atrasos na entrega dos produtos, ou mesmo na demora de reposição.

7.1.2.2 Solução 2: Adotar uma postura, promovendo aquisições suficientes apenas para consumo imediato às demandas das referidas Secretarias requisitantes, com locação dos cilindros.





## 7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.1. Conforme já descrito no cenário 1: Contratações sob Registro de Preços, sem a formação de grandes estoques de insumos e produtos, buscando disponibilizar os objetos demandados, suportando um limite de prazo para a logística de suprimento, buscando a capacitação de equipe, que planeje e execute de modo eficiente e eficaz o gerenciamento dos serviços públicos e das suas necessidades.

## 7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É de uso contínuo, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

## 7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

## 7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução conforme o item 7.2.1.1, admitida para o Cenário 1, assim, pretende-se a registro de preços, objetivando futura e/ou eventual aquisição de gases industriais e medicinais para atender as demandas das Secretarias requisitantes.

## 7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.



## 7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidades de cada Secretaria.

## 7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de 12 meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando o objeto contratado, a vigência do contrato poderá ser prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, e se comprovada a vantajosidade para a Contratante, prevalecendo o interesse público.

## SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender a demanda da gestão dos serviços nas Secretarias requisitantes foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por item, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.

## SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de insumos e materiais para todos os serviços demandados pelas Secretarias Administrativas, possibilitando o gerenciamento, controle, redução de gastos excessivos, bem como, possibilitar organização no ambiente de trabalho.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de material para todas as demandas em conformidade as quantidades solicitadas e necessárias, de modo a não provocar atrasos indesejáveis, ou então, a não existência de Registro de Preços vigentes para os diferentes objetos relacionados a prestação de serviços de interesse público.

## SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).





10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

## **SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas que deverão ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial para os serviços públicos, de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas, em especial, da Secretaria Municipal de Saúde.

## **SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS** (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

### **12.1. ANÁLISE DE RISCO**

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.



12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3. Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:



Figura 01 - Matriz de riscos simples

## 12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				





Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- 1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;
- 2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);
- 3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;
- 4º). Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3. Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

### 12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição de produtos necessários para a manutenção dos serviços públicos demandados.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:



Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 16 – Faixa laranja: Limite máximo de exposição ao risco.

2. A falta de cilindros para armazenamento de gases medicinais.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa Laranja: limite de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 8 (Maior)

Classificação do risco: 8 – Faixa amarela: necessidade de monitoramento.